

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14078	21092/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - RUA CRUZ DE PEDRA 61 Bl:- Ent:- Andar:- Nº:- - Braga 4705-672 BRAGA Portugal		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 37343/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13860 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A entidade requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de alteração e ampliação. Notifique-se a requerente a apresentar os projetos de especialidades e apresentação dos elementos solicitados que resultam da publicação do PDM, Aviso n.º 8551/2026 de 15 de abril."
- A 22/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 37343/2025

REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-5264 DE 05.11.2025

REQUERENTE: PECULIAR MEMORY, LDA.

LOCAL DA OBRA: RUA CRUZ DE PEDRA, Nº 61
UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA
(MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Sérgio Carvalho, Arqto.

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A entidade requerente apresenta através do registo nº 2026-E-RE-5264, de 05/11/2026, resposta ao Despacho n.º 2025-10856, de 20/10/2025, relativo ao **Projeto de Arquitetura**, referente à obra de reconstrução, alteração, e ampliação de edifício, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua Cruz de Pedra n.º 61, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1139/20070326, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2162.

1.2. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

2.1. **Processo n.º 37343/2025**

2.2. Informação técnica da DAT nº 2025-27531 de 20.10.2025.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central – EC1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73/2026, de 15 de abril.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZGP das Ruínas Romanas das Carvalheiras, IIP.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.5. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2026-2575 de 28.01.2026.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia nº 2026-3302 de 04/02.2026.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

3.4.1. A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/644722 (C.S:1759482), com despacho de 02.10.2025.

3.4.2. A entidade requerente através do registo nº 2026-E-RE-27431, de 04/03/2026 apresenta Autorização de Plano de Trabalhos Arqueológicos – PATA, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/645432 (C.S:1761509), com despacho de 10.11.2025.



3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A entidade requerente apresenta resposta ao Despacho n.º 2025-10856, de 20/10/2025, no sentido de dar resposta satisfatória a informação técnica da DAT n.º 2025-27531 de 20.10.2025, nomeadamente:

- Certidão da Conservatória do Registo Predial (atualização da área total da parcela de terreno - 347,42m²).

3.5.2. Analisados os elementos apresentados, considera-se que o requerente dá resposta satisfatória ao solicitado em informação técnica da DAT.

3.5.3. Pretende a entidade requerente proceder a obra de reconstrução, alteração e ampliação de edifício, destinado a habitação unifamiliar de tipologia T4, desenvolvendo-se o programa funcional em 4 pisos sendo o último sob a forma de aproveitamento das águas furçadas através da introdução de mansardas na vertente de cobertura voltada para a rua.

3.5.4. Pretende ainda o requerente no âmbito desta intervenção executar/construir uma piscina e edifício anexo no logradouro.

3.5.5. Tratando-se de edifício em mau estado de conservação, cuja fachada tardoza se encontra descaracterizada e onde não se reconhece nele a existência de nenhum dos elementos arquitetónicos relevantes mencionados no n.º 2 do Artigo B-3/10º do Código Regulamentar do Município de Braga, pelo que ao abrigo do disposto no n.º 4 do Artigo B-3/15º do CRMB, poder-se-á admitir à sua demolição parcial, reconstrução e ampliação, recorrendo a linguagens contemporâneas e a materiais ou processos construtivos não tradicionais, devendo, contudo, respeitar as características exteriores do conjunto envolvente e ter ainda em consideração a correta articulação com os edifícios contíguos.

3.5.6. A intervenção proposta indica ainda a manutenção da imagem primitiva da fachada principal e a abertura de um portão para acesso à garagem de modo dissimulado, solução já admitida em edifícios localizados na envolvente.

3.5.7. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.8. A proposta de intervenção (edifício + piscina + anexo) não ultrapassa o índice de impermeabilização máximo de 75%, conforme disposto no n.º 6 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.9. A proposta de intervenção cumpre os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento privado, definidos no n.º 1 do Artigo 80º do RPDM.

3.5.10. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 80º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento público.

3.5.11. Alerta-se a requerente que a dispensa total ou parcial dos lugares de estacionamento públicos está sujeita ao pagamento de compensação pecuniária pelos lugares de estacionamento não criados, a definir em regulamento municipal, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 80º do RPDM.

3.5.12. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Outros aspetos regulamentares:

3.6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.



4.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá a entidade requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.

- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

4.4. Alerta-se a entidade requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.5. Comunique-se o teor da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Licenciamento de obras de edificação, na Rua Cruz de Pedra, n.º 61, Maximinos, B

Requerente : Peculiar Memory, Lda.

Local : Rua Cruz de Pedra, n.º 61, Maximinos, Braga.

Servidão
Administrativa :

Inf. n.º:	S-2025/644722 (C.S:1759482)	Cód. Manual	
N.º Proc.:	DRCN-DSBC/2023/03-03/1726/POP/134976 (C.S:278798)	Data Ent. Proc.:	15/09/2025

Diretor da Unidade de Cultura, Paulo Sérgio Moura a 02/10/2025

Parecer favorável condicionado nos termos da informação de arqueologia.

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Zona Geral de Proteção: Ruínas romanas das Carvalheiras; IIP - imóvel de interesse público
Decreto n.º 29/90, DR, 1ª Série, n.º 163 de 17 julho 1990.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a obra de reconstrução e ampliação de edifício, na Rua Cruz de Pedra N.º 61, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, Braga.

O anterior processo mereceu emissão de parecer não favorável por Despacho de 28.11.2023.

2. Avaliação Patrimonial:

O prédio tem visibilidade direta para a servidão.

3. Proposta:

A edificação existente insere-se em frente urbana consolidada, com valor a preservar. composta por rés-do-chão, e dois andares. Está implantada em parcela estreita e comprida.

A proposta prevê a reconstrução através da abertura de um portão de acesso automóvel a nível do rés-do-chão, recorrendo para o efeito à demolição de três portas e execução de um mansarda voltada ao alçado principal. A cobertura far-se-á a duas águas em telha cerâmica, a



caixilharias são agora de madeira pintada e aço a tardoz. O acabamento das paredes será em reboco pintado.

Junta mais fotografias do alçado tardoz e logradouro.

Indica agora o sistema de drenagem de águas pluviais, bem como o sistema de escoamento.

O corte construtivo tem informação detalhada à escala indicada.

Permanece por representar as chaminés e tubos de ventilação (se aplicável).

4. Apreciação da proposta:

Analizada a adenda à proposta, verifica-se o cumprimento do fixado anteriormente, pelo que nestes termos satisfaz.

Sobre as chaminés e tubos de ventilação, considera-se que a reiterada omissão corresponde a uma intenção de não aplicação desses elementos.

5. Conclusões:

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável.

BRG2025/03091

30 de setembro de 2025

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

DSBC: 2023-1726

CS: 1758697

Servidão administrativa: ZP, Ruínas arqueológicas das Carvalheiras, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a alteração e ampliação, incluindo uma piscina anexo, de uma habitação unifamiliar sita na Rua Cruz de Pedra, nº 61, em Braga. Localiza-se numa área de grande sensibilidade arqueológica relacionada com a ocupação de Braga em época romana, associada ao complexo arqueológico das Carvalheiras, bem como coincidindo com o traçado reconhecido para a muralha coeva. Para o local existe já um antecedente com características idênticas em termos de sensibilidade arqueológica.



2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: A pretensão implica significativos trabalhos com impacte no solo pelo que face à sensibilidade arqueológica do local se entende que o projecto de arquitectura s poderá ser validado após a realização de sondagens arqueológicas de avaliação prévia, er função dos resultados das mesmas, sendo que esta medida terá por objecto a identificação d eventuais vestígios arqueológicos para seu estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesm efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal d Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano d trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

A execução dos trabalhos arqueológicos deverá seguir os preceitos metodológicos utilizado nas intervenções arqueológicas executadas na cidade de Braga, tendo por referência o trabalhos efectuados pelo Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga e a Unidade d Arqueologia da Universidade do Minho, nomeadamente no âmbito do “Projecto Brácar Augusta”.

Deverá haver uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete d Arqueologia da C. M. de Braga. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatóri final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desse documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado, nos termos da present informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior



PROCESSO: 37343/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-19929 / 10/09/2025 16:24

REQUERENTE: PECULIAR MEMORY LDA.

LOCAL DA OBRA: Rua Cruz de Pedra, N.º 61 – U.F. Maximinos, Sé e Cidade

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relaciona-se com o documento com o numero de registo em referência, através do qual se autoriza um Plano de Trabalhos Arqueológicos (PATA).

2. Com a inclusão no presente processo de cópia do suprarreferido documento, emanado pela CDR Norte I.P., encontram-se reunidas, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, as condições necessárias para a efectiva fiscalização, pelos devidos serviços, dos trabalhos necessários ao cumprimento da condicionante arqueológica em referência.

3. Mais se propõe que, no estrito cumprimento do estipulado pelo Artigo B-3/9º, alínea 5 e 6 do Código regulamentar do Município de Braga:

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos.

b) Para efeitos de registo, recomenda-se que o promotor da obra entregue ao Município, cópia do Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, desenvolvidos no âmbito da condicionante, do mesmo tipo, devidamente validado pela tutela (IP- Património Cultural).

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no Dec. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



PROCESSO: 37343/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-19929

REQUERENTE: PECULIAR MEMORY, LDA

LOCAL DA OBRA: Rua Cruz de Pedra n.º 61, U.F. Maximinos, Sé e Cidade

ASSUNTO: Junção de Elementos para aperfeiçoamento do Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-27431 de 24/11/2025, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista à alteração e ampliação de habitação unifamiliar, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua Cruz de Pedra n.º 61, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1139/20070326, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2162.
- 1.2. Posteriormente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-27431 de 24/11/2025, a entidade requerente realiza uma **junção de elementos por iniciativa própria** para aperfeiçoamento do anterior requerimento.
- 1.3. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:
 - 1.3.1. Processo de Obras n.º 37343/2025.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

- 2.1. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de **licenciamento de obras de edificação** por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS

3.1. A presente operação urbanística carece de consultas a entidades externas e/ou serviços internos.

3.2. Constata-se que o prédio de localiza em Zona de Proteção Arqueológica- Zona de Proteção ao IC 282- Ruínas Romanas das Carvalheiras, pelo que a presente operação urbanística carece de prévios pareceres de:

-Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia – Unidade de Arqueologia do Município de Braga;(notificação 515573264 em 15 de setembro de 2025).

-CCDR-Cultura (Consulta efetuada através do BRG2025/03091 e ainda aguarda parecer).

3.3. Apresentou autorização do PATA (GP 62138_280053) pela CCDR

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO



4.1. Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação **encontra-se corretamente instruído** de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e III (n.º 17) do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

5. PROPOSTA

- 5.1. Deve ser esclarecido à entidade requerente que o procedimento de saneamento e apreciação liminar referido no n.º 2 do Artigo 11.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, consiste apenas na verificação da junção dos elementos instrutórios apresentados e não na análise do seu conteúdo.
- 5.2. Dar conhecimento à Unidade de Arqueologia do Município de Braga.
- 5.3. Face ao atrás exposto, propõe-se a prossecução do processo para **análise urbanística**.

DU - DGPU [GP8]

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

